

HIDRO ELÉCTRICA DO CÁVADO

S. A. R. L.

CONCESSIONÁRIA DO APROVEITAMENTO HIDRELÉCTRICO "CÁVADO-RABAGÃO"

RELATÓRIO, BALANÇO
E
PARECER DO CONSELHO FISCAL

VIGÉSIMO EXERCÍCIO
1 9 6 5

SEDE:
RUA DE SÁ DA BANDEIRA, 567
PORTO

DELEGAÇÃO:
AV. DE SIDÓNIO PAIS, 14-1.º-D.º
LISBOA

HIDRO-ELÉTRICA DO OURO
S.A.R.L.
BIBLIOTECA
DATA _____ C. 3.

CPE	COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE
DCI-CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	
Data:	-4.07.1970
N.º	12121
CLASSIF.	

EXERCÍCIO DE 1965

TIP. SOCIEDADE DE PAPELARIA -- PORTO

HIDRO ELÉCTRICA DO CÁVADO

S. A. R. L.

CAPITAL { AUTORIZADO: 1 250 000 CONTOS
REALIZADO: 1 000 000 CONTOS

SEDE

Rua de Sá da Bandeira, 567

PORTO

DELEGAÇÃO

Avenida de Sidónio Pais, 14-1.º-D.º

LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores accionistas que, nos termos dos Estatutos da Sociedade, têm direito de voto, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Sede da Empresa, no dia 28 do corrente mês, às 15 horas, a fim de:

- 1.º — Deliberarem sobre o Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, Balanço e Contas, relativas ao exercício do ano transacto.
- 2.º — Apreciação de uma proposta do Conselho de Administração respeitante à utilização da faculdade conferida pelo artigo 7.º dos Estatutos.
- 3.º — Eleger a comissão prevista no artigo 25.º dos Estatutos, com a composição nele indicada, para o triénio 1966/1969.

Os senhores accionistas habilitados a tomar parte na referida Assembleia Geral poderão fazer-se representar por outros que nela participem, em quem deleguem os seus poderes por procuração.

Essas procurações, nos termos dos Estatutos, Art. 12.º e seu parágrafo, deverão ser remetidas à Sede da Sociedade até três dias antes do designado para a Assembleia.

Os possuidores de acções ao portador, não registadas, para tomarem parte na Assembleia Geral, deverão depositá-las, para esse efeito, nos escritórios da Sociedade, no Porto ou em Lisboa, ou em qualquer Banco, pelo menos oito dias antes da data fixada para aquela reunião.

Porto, 1 de Março de 1966

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Pela Câmara Municipal do Porto

O Presidente

a) *Nuno Pinheiro Torres*

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

Em obediência às respectivas disposições legais e estatutárias, temos a honra de submeter à vossa apreciação o balanço e contas do exercício de 1965, que, de harmonia com a tradição, fazemos preceder de uma análise muito sucinta dos factos mais salientes da vida da Empresa nesse exercício.

Em primeiro lugar, queremos referir-nos à conclusão do aproveitamento hidroeléctrico do Alto-Rabagão, facto do maior relevo não só na vida da Empresa, mas sobretudo pela sua contribuição para o progresso económico do País. Na verdade, a rede eléctrica nacional passou a dispor da maior albufeira de armazenamento até hoje construída no País, e, para assinalar o seu valor, bastará dizer que, se no ano transacto já se encontrasse a pleno armazenamento, ter-se-ia evitado a importação de energia e a consequente exportação de divisas, cujo valor ultrapassou 120 000 contos.

Assinalamos também o facto de nos ter sido atribuída a concessão da licença de estudos do rio Tâmega, cujo valor energético se nivela com o do rio Cávado. Por outro lado, salientamos igualmente a decisão tomada superiormente, já nos primeiros dias de Janeiro do corrente ano, no sentido do arranque imediato das obras de ampliação das bacias hidrográficas dos escalões de Venda Nova e Paradela. Atenuou-se, assim, embora pouco significativamente, o problema da utilização dos meios de acção da Sociedade, tanto em pessoal como em equipamento.

Congratulamo-nos sinceramente com estes factos, que traduzem não só a garantia da continuidade da expansão da Empresa, mas acima de tudo a possibilidade desta continuar a prestar a sua

decisiva e indispensável colaboração no sector da produção de electricidade, justamente considerado como valioso suporte do desenvolvimento económico português. A nossa actividade será assim alargada a novas realizações com base em estudos já formulados e a prosseguir dentro da melhor conjugação de todos os factores que permitam, tanto quanto possível, o melhor aproveitamento da energia das águas dos nossos rios. Todavia o exercício que findou não foi isento de preocupações. Outros problemas se encontram ainda apenas equacionados, como se verificará através de diversas passagens deste Relatório, mas aguardamos confiadamente as suas judiciosas e adequadas soluções.

I — OBRAS

Como se assinalou no relatório anterior, concluíram-se em 1964 todas as obras de construção civil de que dependia a entrada imediata em serviço do escalão do Alto Rabagão.

Assim, em 1965, apenas se realizaram trabalhos de acabamento, tais como: conclusão das injeções de impermeabilização e consolidação das fundações da barragem nas zonas de cota alta, do restabelecimento de comunicações que estavam em curso e dos trabalhos de pormenor na central subterrânea e subestação, após a montagem total dos equipamentos electromecânicos.

No escalão de Paradela, e após esvaziamento total da albufeira, procedeu-se durante os meses de Agosto a Novembro à revisão da cortina estanque da respectiva barragem.

Esta revisão, que teve como objectivo a diminuição das infiltrações que se vinham verificando, consistiu na reparação das lages e juntas que, devido aos movimentos próprios de estrutura, mais acidentadas apresentavam.

Concluíram-se os trabalhos previstos, a tempo de poderem ser armazenados os primeiros caudais de cheia que surgiram na bacia hidrográfica do rio Cávado em meados de Novembro.

II — ESTUDOS E PROJECTOS

Apesar da muito reduzida actividade no domínio das obras, continuou intenso o trabalho da Empresa no sector dos Estudos e Projectos.

No que se refere à barragem do Alto Rabagão, foram executados vários cálculos, à medida que ia subindo o nível da água na albufeira e a correspondente carga sobre a barragem, cálculos que permitiram verificar que as deformações reais, medidas por métodos rigorosos, traduzem um comportamento inteiramente normal da barragem.

Ainda com referência ao escalão do Alto Rabagão, foram executados numerosos e complexos cálculos relativos ao fenómeno do choque hidráulico nas condutas dos escalões de Venda Nova e Paradela, de forma a poder fundamentar-se, com a indispensável segurança, o projecto de ligação daquelas condutas. Essa ligação tem por objectivo a utilização do grupo de 54 MW de Paradela com a água da albufeira de Venda Nova e, conseqüentemente, da albufeira do Alto Rabagão, que lhe fica a montante. Por outro lado, permitirá a transferência de excedentes de água da albufeira de Paradela para a de Venda Nova e desta, por bombagem, para a albufeira do Alto Rabagão.

No aproveitamento de Vilarinho das Furnas, procedeu-se a ensaios de lavagem e injectabilidade das diaclases da rocha de fundação da barragem e estão em curso ensaios para determinação da deformabilidade da rocha, depois de lavadas e injectadas as diaclases.

Os ensaios da barragem de Vilarinho das Furnas em modelo reduzido, efectuados no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, confirmaram inteiramente a solução adoptada, tendo o projecto geral do aproveitamento sido já superiormente aprovado e estando o início das obras pendente de decisão superior.

Durante o ano passado foi elaborado o projecto das «Obras de Ampliação das Bacias Hidrográficas dos Escalões de Venda Nova e Paradela», cujo orçamento é de 160 000 contos e que, como se indicou atrás, estão já em início de construção.

Estas obras, cuja execução é do maior interesse para a economia do sistema Cávado, consistem essencialmente na derivação das águas de parte das bacias hidrográficas dos escalões de Salamonde e Caniçada para as albufeiras de Paradela e Venda Nova, sendo de 110 milhões de kWh o aumento da produção média do sistema.

Prosseguiram os estudos sobre o aproveitamento dos recursos hidroeléctricos da bacia hidrográfica do Tâmega, dentro do programa do alvará da Licença de Estudos concedida a esta Sociedade. Trata-se de uma vasta tarefa que implica o projecto de cerca de uma dezena de aproveitamentos hidroeléctricos.

Continuamos a dar apoio técnico à Federação dos Municípios da Ilha de S. Miguel no estudo de aproveitamentos hidroeléctricos da Ilha.

Prosseguiu a expansão da utilização do nosso computador electrónico IBM 1 620, tendo sido elaborados novos programas de cálculo automático para resolução mais rápida e mais aprofundada de problemas de projecto.

Atingiu a sua fase final a elaboração de um vastíssimo e complexo programa de cálculo electrónico de barragens abóbada, que representa um avanço notável no domínio do cálculo de barragens e que será da maior utilidade nos futuros projectos.

Com o maior interesse continuamos a acompanhar os progressos da produção de electricidade a partir da energia nuclear.

III — EXPLORAÇÃO

Consumo nacional — Em 1965 o consumo das redes controladas pelo Repartidor Nacional de Cargas (cerca de 94 % do consumo total do País) elevou-se a 4 700 GWh, sendo 4 160 GWh absorvidos em consumos permanentes e os restantes 540 GWh em consumos não permanentes.

A taxa de crescimento verificada nos consumos permanentes foi de 11,2 % e, apesar das dificuldades conhecidas de todos e

resultantes do mau ano hidrológico que atravessámos, os consumos não permanentes sofreram apenas uma diminuição de 25 % em relação ao valor verificado no ano anterior.

Condições hidrológicas — As condições hidrológicas extremamente desfavoráveis verificadas nos últimos três meses do ano de 1964, como se assinalou no relatório anterior, continuaram a fazer-se sentir até ao fim da estiagem de 1965.

Apenas em Março houve chuvas apreciáveis, o que não impediu contudo de, logo em Maio, ter de se recorrer ao apoio térmico e à importação de energia de França e Espanha em quantidades desta vez vultosas, confirmando assim a importância da interligação à rede europeia.

As primeiras chuvas abundantes caíram na última semana de Setembro, dando início a um dos períodos de maior afluência de que há registos energéticos, a ponto de, com excepção do Alto Rabagão, todo o sistema nacional se encontrar em descarregamento no fim de Janeiro de 1966, tendo partido de uma situação de 22 % de enchimento em fins de Setembro. A própria albufeira do Alto Rabagão, com cerca de 1 000 milhões de kWh de armazenamento, ultrapassou já, à data deste Relatório, os 90 % de enchimento, esperando-se que ainda este ano venha a encher totalmente. Realça-se que o valor da energia correspondente ao actual armazenamento é da ordem dos 250 000 contos.

Bombagem — Iniciaram-se em Abril os ensaios de bombagem dos grupos da Central do Alto Rabagão e, conquanto se não tenha dado por satisfatório o funcionamento dos grupos nestas condições, impondo-se algumas alterações que a experiência mostrou necessárias, efectuou-se já transferência de água da albufeira de Venda Nova para a do Alto Rabagão, transferência que totalizou 72,1 milhões de metros cúbicos no fim do ano, ou seja, praticamente, o volume da albufeira de Venda Nova.

De 1 de Janeiro deste ano até à data, o volume bombado é já de 66,0 milhões de metros cúbicos.

Últimamente efectuou-se igualmente a transferência de água da barragem de Paradela para a de Venda Nova com vista à bombagem para o Alto Rabagão.

Para apreciar o interesse de que se reveste a bombagem, pela primeira vez instalada em Portugal a esta escala, bastará referir que, até agora, mais de 20 % do enchimento da albufeira do Alto Rabagão foi feito à custa da bombagem, transformando-se assim em permanente uma energia que, de outro modo, teria sido descarregada e portanto integralmente perdida.

Apoio térmico e interligação — Em consequência do carácter desfavorável de que se revestiu o ano de 1965 até o início do novo ano hidrológico, houve que lançar a central da Tapada do Outeiro em apoio à Rede Nacional e ainda de recorrer à importação de energia, como atrás se referiu, importação que, por um lado, dispensou o arranque das centrais da Rede Secundária, consumindo combustíveis de origem estrangeira, e por outro aumentou, na medida conveniente, a segurança da Rede, impedindo a descida das reservas em albufeira a níveis incompatíveis com a segurança que até agora se tem conseguido manter no abastecimento dos consumos permanentes, permitindo simultâneamente diminuir a extensão das restrições aos consumos não permanentes.

A produção térmica de apoio foi de 392 GWh e a importação de França e Espanha de 431 GWh.

Produção da Rede Primária — Dado o condicionalismo que ficou referido, a produção total das centrais da Rede Primária em 1965 limitou-se a 3 484 GWh (incluindo 44 GWh destinados à bombagem), o que significa uma diminuição de 91 GWh em relação ao ano anterior.

Produção da Hica — Como reflexo do ano hidrológico, a contribuição das centrais da nossa Empresa ficou este ano em 599 GWh, não tendo sido possível obter a esperada contribuição de albufeira, visto ter-se partido de uma situação de reservas, no princípio do ano, de apenas 172 GWh, consequência do ano desfavorável que se observou em 1964.

Em compensação, no fim do ano as reservas em albufeira atingiam 658 GWh (neste momento ultrapassam os 1 300 GWh), o que garante, desde já, para o ano em curso, uma situação de desafogo do ponto de vista energético.

Venda de energia — A energia entregue à CNE pelo Grupo de produtoras da Rede Primária, que, como se disse no relatório anterior, alia a Empresa Termoeléctrica Portuguesa, além das três empresas da produção hídrica, totalizou 3 756 GWh (incluída já a energia que houve que importar no decurso do ano), dos quais 579 GWh foram vendidos, a tarifas especiais, às grandes indústrias electroquímicas e electrosiderúrgicas e ainda à tracção.

O preço médio de venda foi de \$19,7/kWh contra \$19,2/kWh no anterior, o que mostra um ligeiro aumento, reflexo da diminuição dos consumos a tarifas especiais.

Repartidor Nacional de Cargas — Não queremos deixar de assinalar a eficiente acção do Repartidor Nacional de Cargas, com o qual os Serviços Técnicos da Sociedade, juntamente com os das outras empresas, se mantiveram desde o princípio em permanente contacto, situação agora reforçada através da Comissão Técnica de Exploração.

Gráficos e fotografia — Como habitualmente, a seguir apresentamos os gráficos mais representativos da exploração do sistema Cávado-Rabagão, no ano de 1965, e a sua evolução desde o início da actividade da Empresa.

A fotografia que se insere representa a central subterrânea do Alto Rabagão, cujo acesso é efectuado através de um poço com cerca de 130 m de altura.

Na sala de máquinas estão instalados dois grupos turbina-alternador de 36 MW acoplados a duas bombas de 41 000 HP para elevação de água, que são accionadas pelos alternadores funcionando como motores.

IV — ACÇÃO SOCIAL

O ano findo revestiu-se de particular acuidade no que diz respeito aos problemas sociais e humanos relacionados com o pessoal

da Empresa, resultantes da incerteza da garantia de trabalho para muitas centenas de operários e técnicos especializados, que através dos aproveitamentos hidroeléctricos já construídos asseguravam a contribuição para o desenvolvimento do País neste sector.

Felizmente, nesta data, as dificuldades encontram-se, em parte, demovidas pelo prosseguimento de novas obras.

Novamente, por amável deferência da Fundação dos Armazeneiros de Mercearia, foi possível que 209 crianças, filhos do nosso pessoal deslocado nas Centrais e Estaleiros, utilizassem, por um período de 28 dias, dentro das condições habituais, as instalações da colónia balnear infantil «Senhora de Fátima» da Aguda.

O Serviço Social não descurou a sua acção junto de todo o pessoal, designadamente da população existente nos Estaleiros e nos escalões de Vila Nova, Salamonde, Caniçada e Paradela.

De acordo com a tradição, tiveram lugar as habituais festas de Natal nas diversas instalações da Empresa, no decorrer das quais confraternizaram os filhos dos nossos empregados com as crianças pobres residentes nos locais onde se situam os nossos aproveitamentos hidroeléctricos.

O Centro do Pessoal da Hica desenvolveu no ano transacto a sua notável acção formativa entre os associados, sendo de salientar a realização de cursos de valorização escolar e técnica para os associados e seus filhos e a colaboração prestada na participação do pessoal da Empresa nos II Jogos Desportivos entre Empresas de Electricidade. Aquele Centro continuou a colaborar nas tradicionais festas de Natal com os presépios construídos pelos seus associados.

Ao pessoal e seus familiares foi prestada eficaz assistência médica e medicamentosa através dos Serviços Médicos da Hica, que têm funcionado em perfeita cooperação com os Serviços Médico-Sociais da Federação das Caixas de Previdência, com o Instituto de Assistência Nacional aos Túbiculosos e com as Delegações de Saúde do Porto e de Vila Real.

No campo de valorização profissional do pessoal, além das actividades do CATEC (Centro de Aperfeiçoamento Técnico dos Engenheiros do Cávado), que realizou várias sessões de estudo e diversas visitas com o mesmo objectivo, merecem referência os cursos de aperfeiçoamento profissional e de formação, iniciados no ano transacto em colaboração com o Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, e a frequência por alguns funcionários da Empresa nos cursos de formação em produtividade do Instituto Nacional de Investigação Industrial e nos cursos de aperfeiçoamento levados a efeito pela COPRAI.

V — EMPRESAS A QUE ESTAMOS ASSOCIADOS

Companhia Nacional de Electricidade — Como vogais do conselho de administração desta Companhia, temos prosseguido a nossa acção no sentido de acompanhar de perto, e com todo o interesse, a sua actividade.

No decurso do ano findo, há a assinalar, entre outros assuntos, o reforço do capital social, operação que, como era de esperar, teve o maior êxito. Por outro lado, regista-se também a aquisição de um terreno para construção da sede da Companhia, decisão de elevado interesse em face das perspectivas de valorização, sem esquecer a circunstância de vir a tratar-se de um acessório não afecto à concessão e no qual, portanto, poderá vir a ficar representada uma parte do fundo de reconstituição do capital accionista, estabelecido segundo as normas previstas nos Estatutos da Companhia.

É também digna de registo a orientação proposta pela CNE e que mereceu a aprovação superior, relativamente à função desempenhada pelo Fundo de Apoio Térmico. Através desse Fundo, com acentuada vantagem para as empresas produtoras da Rede Primária, foram eliminadas, ou substancialmente reduzidas, as consequências do ano hidrológico que findou, cujo índice de hidraulicidade foi dos mais baixos que se encontram registados.

Empresa Termoeléctrica Portuguesa — Na qualidade de accionistas desta Empresa, acompanhámos, com o devido interesse, os importantes trabalhos desenvolvidos no decurso de 1965.

Assim, a central da Tapada do Outeiro que, em 1964, ficou com os dois primeiros grupos em exploração, tem o seu terceiro e último grupo em fase adiantada.

Na central do Carregado estão em curso os trabalhos de construção civil, tendo sido adjudicados os grandes equipamentos electromecânicos para o primeiro escalão de 125 MW, que se espera entre em exploração em 1967, e adjudicados os equipamentos principais para o segundo escalão de potência igual à do primeiro.

*

* *

Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade — Como Presidente da Divisão de Produção e Transporte continuamos a cooperar no estudo e análise dos problemas apresentados.

No ano findo, a Subcomissão de Produção da Comissão do Plano de Fomento, da qual a Empresa faz parte como presidente, continuou a empreender estudos de planeamento referentes ao sector da produção de electricidade, orientando-se agora mais directamente para a preparação do programa de realização a propor para o período da vigência do III Plano de Fomento.

De igual modo colaborámos no estudo e apreciação dos problemas relacionados com o Contrato Colectivo de Trabalho.

Entre a actividade desenvolvida no ano findo por este organismo corporativo, é de destacar o início dos cursos de aperfeiçoamento profissional de informação, 1.º Grau, os quais estão, neste momento, a prosseguir nas nossas centrais de Vila Nova, Salamonde, Caniçada e Alto Rabagão, com equipamento apropriado, cedido pelo G. N. I. E., sendo as aulas orientadas por pessoal superior da Empresa.

VI — BALANÇO E CONTAS DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O balanço estático que adiante se publica mantém a estrutura tradicionalmente adoptada, não apresentando, por isso, qualquer alteração digna de ser assinalada.

Parece que nem seria, portanto, necessário fazer qualquer observação ao seu conteúdo, em face das impressões que se podem colher através dos números que traduzem os valores nele inscritos e que, em comparação com os anteriormente publicados, exprimem a evolução patrimonial da Empresa.

Entretanto, com a objectividade que se pretende assegurar a estas breves notas, não podemos deixar de aludir a certos factos que, pela sua importância, merecem especial referência.

Começaremos por realçar que, das diversas classes de valores que figuram no Balanço, numa Sociedade como a nossa com manifesta projecção na vida económica do País, a que se refere ao Activo Fixo sobressai pelo seu destacado valor — Esc. 3 268 853 934\$95, — montante que dá justo relevo à capacidade realizadora da Empresa e ao seu contributo para o desenvolvimento nacional. Trata-se, sem dúvida, de um apreciável investimento, mas que está ainda longe de atingir o seu fim, em face das perspectivas futuras que se abrem à Empresa no sector da produção de energia de origem hídrica na zona geográfica da sua influência. Isto significa a necessidade da continuação da nossa actividade construtiva, facto que se encontra correlacionado com a dimensão do nosso investimento. Quere dizer, é indispensável obter novos meios que permitam manter aquela expansão.

Os problemas de financiamento serão possivelmente mais facilitados, não só por serem de menor importância, mas principalmente pela política que neste domínio foi definida pelo Governo através do Decreto-Lei n.º 46 492, publicado em Agosto do ano findo, no sentido de fazer regressar ao mercado financeiro parte dos fundos desviados para o mercado de capitais.

Salienta-se a disposição do referido diploma que atribui ao Ministério das Finanças a faculdade de isentar, total ou parcialmente, de imposto sobre aplicação de capitais e do imposto complementar, os juros das obrigações emitidas por empresas cujos empreendimentos estejam abrangidos nos planos de fomento.

Dentro das realidades enunciadas, tornou-se possível lançar, com todo o êxito, no final do ano transacto, a emissão das 55 000 acções, cuja autorização se encontrava pendente há mais de dois anos. O capital próprio da Sociedade ascendeu assim a um milhão de contos, como estava previsto no programa de financiamento da obra do Alto-Rabagão. Por outro lado, foi também autorizada, embora já no corrente ano, uma emissão de obrigações no valor de 80 000 contos. Regressa-se deste modo às fontes tradicionais de financiamento, que confiadamente aceitam o investimento em valores da Sociedade.

*

Assinalamos agora que a conta «Participações Financeiras» regista o acréscimo de 7 153 192\$00, correspondente à parte já liberada de acções da Companhia Nacional de Electricidade e Empresa Termoeléctrica Portuguesa, que a Sociedade subscreveu, no uso do seu direito de accionista. Foi uma solução puramente administrativa de indiscutível interesse, sob todos os aspectos, designadamente por se tratar de papel de empresas intimamente relacionadas com a própria finalidade da Hica.

*

As receitas de exploração, no ano de 1965, foram ainda condicionadas pelos princípios definidos no Decreto-Lei n.º 46 031. Esse facto conduziu a um resultado absolutamente insuficiente para cobertura das amortizações financeiras que se tornaram exigíveis no decurso do último exercício, de harmonia com os respectivos contratos, embora resultantes de operações de crédito, cuja vida se enquadra na estrutura económica da Sociedade. A diferença, bem como a verificada já no exercício anterior, será coberta pelo produto da emissão das 80 000 obrigações a que noutro passo se faz referência.

A situação teria sido acentuadamente agravada pelas consequências do mau ano hidrológico, se não fosse a intervenção no sentido do equilíbrio que pôde ser desempenhada pelo Fundo de



CENTRAL SUBTERRÂNEA DO ALTO RABAGÃO (Sala de Máquinas)

SISTEMA CÁVADO-RABAGÃO

VALORES MENSAIS DE EXPLORAÇÃO

1 9 6 5

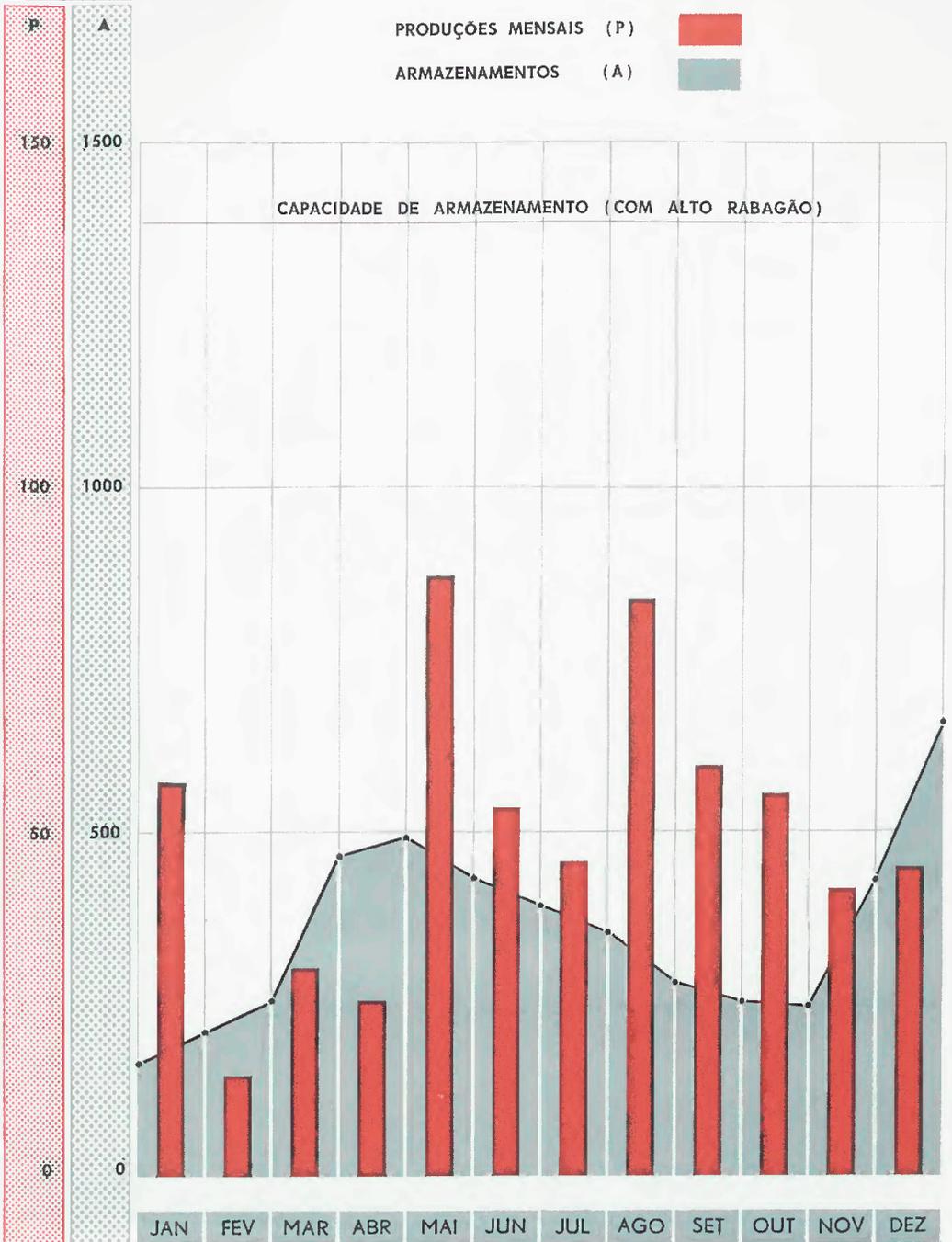
milhões
de
kWh

PRODUÇÕES MENSAIS (P)

ARMAZENAMENTOS (A)

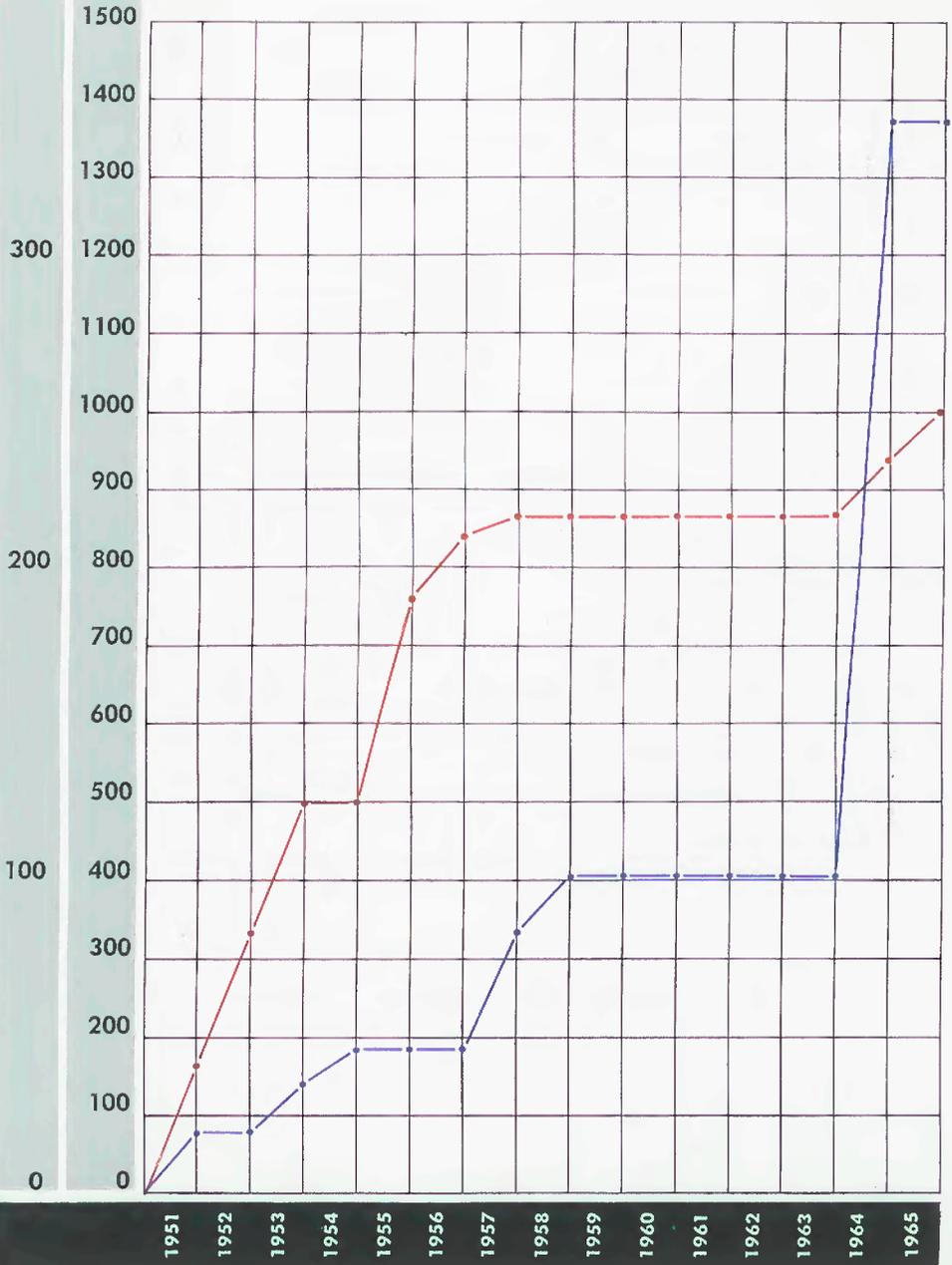


CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO (COM ALTO RABAGÃO)



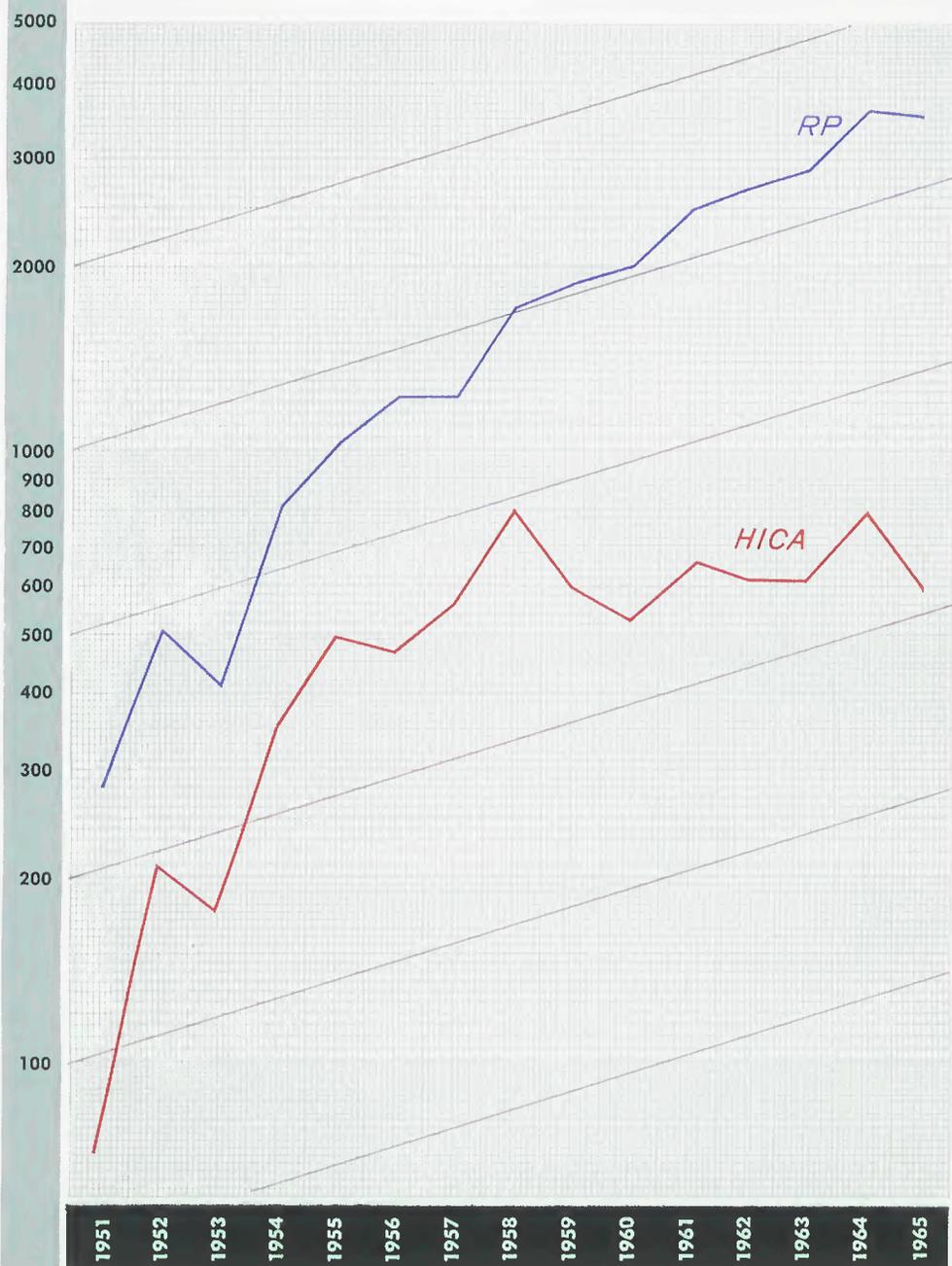
EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA
E DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO
NO SISTEMA CÁVADO-RABAGÃO

MW
milhões
de
kWh



PRODUÇÃO ANUAL DO
SISTEMA CÁVADO-RABAGÃO (HICA)
E DA REDE PRIMÁRIA (RP)

milhões
de
kWh



Apoio Térmico. Mas apesar disso, o exercício transacto pode ainda dizer-se que, no aspecto económico, foi o mais desfavorável até hoje na vida da Empresa.

As perspectivas actuais apresentam-se contudo mais animadoras. Por um lado, as albufeiras encontram-se a pleno armazenamento, e, por outro lado, aguarda-se que a situação se modifique pròximamente pela promulgação de providências legais que determinem a repartição das receitas arrecadadas pelo grupo de empresas da rede eléctrica primária, sem observância do regime de precedências considerado no Decreto-Lei n.º 46 031, isto é, integrando-se todas no mesmo sistema, com vista a garantir o equilíbrio económico-financeiro das respectivas concessões. Mas esta nova orientação só se tornará aplicável a partir do corrente ano, razão por que o ano de 1965 manteve as características desfavoráveis que lhe foram apontadas.

Esse facto, como é compreensível, não possibilita o regresso imediato à remuneração tradicional do capital accionista. Então, por justificável acto de prudência administrativa, teremos de nos limitar a uma remuneração do mesmo nível da atribuída no ano anterior, isto é, 6 %, como consta da proposta de distribuição de resultados, que a seguir se apresenta, e, mesmo assim, mediante recurso, em medida conveniente, ao Fundo de Estabilização de Dividendos. Mas, acentuamos, temos esperança de que no corrente ano, em face da citada revisão do sistema de repartição das receitas das empresas da rede eléctrica primária, se regresse à justa e equilibrada remuneração do capital accionista ou, pelo menos, a um nível absolutamente idêntico ao das restantes empresas congéneres.

Para terminar estas ligeiras considerações, acrescentaremos ainda que não estavam liquidados, no final do ano transacto, nem o Imposto para Defesa e Valorização do Ultramar de 1963 nem o Imposto de Comércio e Indústria referente ao ano de 1965. Contudo, neste momento, encontram-se já definidos aqueles encargos, embora com possibilidade de impugnação. Nestas circunstâncias, como o saldo da conta «Provisões para Encargos Especiais», criada ante-

riormente, é manifestamente insuficiente para a respectiva cobertura, pareceu-nos conveniente reforçá-lo com mais 8 500 contos, para que atinja um valor que se aproxime dos montantes que nos são exigidos.

*

Em conclusão: perante as condições anormais que caracterizaram a última gerência, não foi possível considerar como encargo do exercício, para efeito de amortização de capital obrigacionista e de outros empréstimos a longo prazo, mais do que a anuidade necessária para reconstituição do investimento, como tem sido definida.

Sendo assim, sem comprometer o equilíbrio económico da concessão, a conta de Resultados apresenta ainda o saldo de Esc. 51 698 190\$80, para o qual temos a honra de formular a seguinte proposta de aplicação:

Fundo de Reserva Legal	2 600 000\$00
Dividendo ao capital de 945 000 contos	48 300 000\$00
Saldo para novo exercício	798 190\$80
	51 698 190\$80

Propomos igualmente o recurso ao Fundo de Estabilização de Dividendos pela importância de 8 400 contos, verba que adicionada à de 48 300 contos, que acima se indica, perfaz o montante de 56 700 contos, ou seja, o necessário para distribuir o dividendo proposto de 6 %, cativo de impostos.

VII — NOTAS FINAIS

Merece especial referência a honrosa visita com que o Senhor Presidente da República quis distinguir a Sociedade, deslocando-se,

no final do mês de Maio do ano transacto, ao nosso aproveitamento hidroelétrico do Alto Rabagão, que nessa data se encontrava na sua fase final. O Senhor Almirante Américo Thomaz, que se fazia acompanhar de Sua Ex.^{ma} Esposa e dos Senhores Ministros do Interior, Obras Públicas, Marinha e de outras altas individualidades, visitou interessadamente, não só os diversos elementos da obra dispersos pela vasta região do Barroso, mas também a respectiva central subterrânea. Sua Excelência manifestou o seu apreço por tudo quanto lhe foi dado observar, dirigindo-nos palavras de louvor e encorajamento, que muito nos sensibilizaram. Aqui lhe consignamos a nossa profunda gratidão e o testemunho do maior respeito.

*

Ao concluir este Relatório, registamos, como é de inteira justiça, a expressão do nosso reconhecimento aos Senhores Ministros das Obras Públicas, da Economia e Secretário de Estado da Indústria pelo interesse que se têm dignado dispensar aos problemas respeitantes à Sociedade dependentes dos seus Ministérios.

Igualmente nos confessamos muito penhorados aos Senhores Ministro das Finanças e Subsecretário de Estado do Tesouro pela forma altamente compreensiva como se dignaram facilitar a realização das operações de financiamento atrás referidas, indispensáveis para a vida da Sociedade.

*

Em 29 de Agosto de 1965 surpreendeu-nos dolorosamente o falecimento do Senhor Engenheiro Paulo de Serpa Pinto Marques, que exercia as funções de Governador do Banco de Fomento Nacional.

Registamos o triste acontecimento, recordando que nos primeiros anos de vida da nossa Sociedade, como membro do Conselho de Administração, contribuiu com dedicado esforço e competência para o seu engrandecimento.

*

Ao Ex.^{mo} Delegado do Governo, Senhor Dr. João da Mota Pereira de Campos, testemunhamos com agradecimento o alto apreço que nos merece a sua sempre pronta e valiosa colaboração.

*

Ao digno Conselho Fiscal queremos significar também a nossa gratidão pela maneira sempre compreensiva e cheia de interesse como tem acompanhado a nossa actividade.

*

Por fim, exprimimos a todos os que servem a Sociedade o nosso louvor pela dedicação sempre manifestada no exercício das suas funções, exortando-os a que continuem com o mesmo entusiasmo e confiança no futuro da Empresa, para que esta mantenha a sua destacada presença no sector da produção de electricidade.

Porto, 24 de Fevereiro de 1966.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José Albino Machado Vaz

VOGAIS

Pedro Manuel de Oliveira Reis

Mamede de Sousa Fialho, Pela União Eléctrica Portuguesa

José Rodrigo Carvalho, Pela C.^a Hidro Eléctrica N. de Portugal

Alberto Sá de Oliveira

BALANÇO,
RESULTADOS DO EXERCÍCIO
E
CONTA DE EXPLORAÇÃO

RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1965

DÉBITO

Exercícios Anteriores	344 811\$30
Despesas Gerais	9 614 988\$13
Reintegração de Móveis, Utensílios e Livros	48 350\$00
Reintegração de Veículos	28 800\$00
Juros de Empréstimos	101 644 560\$40
Taxas, Contribuições e Impostos	11 413 405\$40
Provisões para Encargos Especiais (impostos penden- tes de liquidação)	8 500 000\$00
Balanço	51 698 190\$80
	183 293 106\$03

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

M. Marques Dias

CRÉDITO

Exercícios Anteriores — Saldo proveniente de 1964	965 538\$84
Rendimentos Gerais	3 237 931\$61
Exploração	179 089 635\$58
	183 293 106\$03

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José Albino Machado Vaz

VOGAIS

Pedro Manuel de Oliveira Reis

Mamede de Sousa Fialho, Pela União Eléctrica Portuguesa

José Rodrigo Carvalho, Pela C.ª Hidro Eléctrica N. de Portugal

Alberto Sá de Oliveira

EXPLO R A Ç Ã O

DÉBITO

Despesas Gerais de Exploração	12 234 164\$94
Despesas de Conservação e Reparação	9 166 410\$18
Reintegração de Aproveitamentos (equipamentos)	14 800 000\$00
Reconstituição do Investimento	20 500 000\$00
Saldo	179 089 635\$58
	235 790 210\$70

CRÉDITO

Fornecimento de Energia	235 790 210\$70
	235 790 210\$70

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

M. Marques Dias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José Albino Machado Vaz

VOGAIS

Pedro Manuel de Oliveira Reis

Mamede de Sousa Fialho, Pela União Eléctrica Portuguesa

José Rodrigo Carvalho, Pela C.^a Hidro Eléctrica N. de Portugal

Alberto Sá de Oliveira

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

No desempenho das funções que nos cabem, verificámos periodicamente as contas da nossa Sociedade, que sempre encontramos na mais perfeita ordem. É com muito agrado que registamos este facto, aliás, tradicional e que honra os Serviços Administrativos da Empresa.

Regista-se também com satisfação o facto dos Serviços Técnicos da Sociedade poderem continuar a ser utilizados não só nas obras de ampliação das bacias hidrográficas dos escalões da Venda Nova e Paradela, como nos estudos do Tâmega. Evita-se assim, o que seria profundamente lamentável, que se disperse a vasta organização que realizou impecavelmente, sob todos os aspectos, cinco das maiores barragens com que conta a Metrópole.

Constitui nota do maior interesse, como garantia do abastecimento de energia ao País, o enchimento da albufeira do Alto Rabagão (Pisões), obtido graças à grande pluviosidade do Outono e do Inverno em curso. O enorme armazenamento que o facto apontado representa (1 000 milhões de kWh — mais do que o armazenável por todas as albufeiras do País), põe-nos a coberto de estiagens prolongadas e acentuadas, como a verificada no último ano hidrológico.

Foi possível, apesar das condições anormais do ano decorrido, propor-se à Assembleia a remuneração do capital accionista com o dividendo de 6 %.

Regoziamo-nos com a esperança que o bem elaborado Relatório do digno Conselho de Administração formula, no sentido de se regressar à tradicional e estável remuneração do capital. É necessário não esquecer o vultoso número de accionistas que confiaram à Empresa os seus capitais e a necessidade que esta terá para obras futuras em continuar a demonstrar que tudo faz para merecer que continuem a dispensar-lhe confiança como bom investimento para as suas economias.

Finalmente, associámo-nos ao Conselho de Administração na referência que faz ao falecimento do Snr. Engenheiro Paulo Marques, que acompanhou a vida da Sociedade, como seu Administrador, no período mais difícil da sua vida por ser o da sua constituição e primeiros anos de existência.

Concluindo, somos de

PARECER

- 1.º — Que se aprovelem o Relatório e Contas apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2.º — Que se dê ao saldo da conta de Resultados do Exercício a aplicação proposta no referido Relatório;
- 3.º — Que seja concedido um voto de louvor ao Conselho de Administração pela prestimosa acção desenvolvida em prol da Sociedade;
- 4.º — Que a Assembleia manifeste a todo o pessoal da Empresa a sua gratidão pela habitual eficiência e dedicação que pôs no desempenho das funções que lhe foram cometidas.

Porto, 4 de Março de 1966.

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Fernão Manuel de Ornellas Gonçalves, pelo Banco Pinto & Sotto Mayor

VOGAIS

Domingos José Rosas da Silva, pela Empresa Têxtil D. Ferreira—S. A. R. L.

José Saraiva Vieira de Campos

